

Excelentíssima Coordenadora do Grupo de Trabalho – Nova Lei de Bases da Saúde, **Deputada Carla Cruz**

Excelentíssimos Senhores Deputados,

Começamos por agradecer a disponibilidade para ouvir a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica no âmbito do processo de discussão na especialidade da proposta de Lei do Governo e dos restantes projectos de Lei de Bases da Saúde.

Os portugueses usufruem hoje de um Sistema de Saúde que, apesar das suas dificuldades, tem garantido o acesso aos cuidados de saúde a todos os cidadãos com um nível razoável de qualidade, equidade e eficiência.

Este contexto tem sustentado uma salutar união e consenso de todos os portugueses em torno do Serviço Nacional de Saúde.

No entanto, a margem de melhoria do nosso Sistema de Saúde é imensa e uma nova Lei de Bases da Saúde pode ser um importante contributo para essa finalidade.

A APIFARMA partilha da visão de que o cidadão e os ganhos em Saúde devem ser a principal motivação de uma Lei de Bases, e que a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento da doença têm que ser devidamente financiados.

Este é, no nosso entendimento, um alicerce do qual nenhuma sociedade moderna poderá abdicar.

Neste sentido, nesta Audição, fazemos a defesa de uma Lei de Bases centrada no Cidadão. Uma Lei de Bases da Saúde moderada e inclusiva e com o qual os portugueses se identifiquem.

Que agregue cidadãos, a sociedade e o Estado em torno de um Sistema de Saúde que garanta o direito à Saúde, num quadro de liberdade de escolha e de iniciativa pública, social e privada.

Uma nova Lei que respeite a matriz constitucional de economia social de mercado de Portugal.

Chegados a este ponto, consideramos importante clarificar o nosso entendimento sobre esta matéria.

Queremos mais e melhor Saúde e reafirmamo-nos parceiros no futuro e sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde.

No entanto, para além da importante conquista que é o SNS – que devemos a todo o custo preservar – existe uma multiplicidade de agentes económicos que dão corpo ao Sistema de Saúde e que são fundamentais para o seu desempenho e resultados.

Senhores Deputados,

Neste processo de revisão temos vindo a ignorar o tempo, a realidade e o contexto europeu onde Portugal está inserido.

Consideramos que o actual debate sofreu uma deriva que descaracteriza, em absoluto, a liberdade de iniciativa e da concorrência, pondo em causa o presente regime de liberdade de prestação e de concorrência.

Não podemos continuar a ignorar o óbvio: o Sistema de Saúde que disponibilizamos aos cidadãos será tanto mais eficiente e sustentável, quanto mais harmoniosa e equilibrada for a relação entre todos os agentes da Saúde.

Refira-se, a este propósito, o estudo “O Valor do Medicamento em Portugal”, apresentado em Outubro de 2018.

Este estudo pioneiro deixou claro que os medicamentos inovadores permitiram ganhar 2 milhões de anos de vida saudável, evitaram mais de 100 mil mortes e acrescentaram 10 anos de esperança média de vida aos portugueses.

Estes medicamentos não só representaram mais anos de vida saudável para os portugueses, como também trouxeram ganhos para o Estado e para o SNS, com a redução de hospitalizações e outros custos associados à gestão das diferentes doenças.

Acresce que a Saúde em Portugal contribui para o reforço da competitividade e da performance económica e social do país ao contribuir para a valorização do PIB português em 2,3%.

Por isso insistimos tanto na defesa e implementação de um conceito de “Health in all Policies”.

É esta soma das partes, esta relação sinérgica, que contribui para garantir, a todos os cidadãos, o acesso aos melhores Cuidados de Saúde, independentemente da sua condição económica, social ou geográfica.

Não podemos, no actual quadro constitucional e sob pena de comprometer as conquistas em Saúde, remeter as entidades sociais e privadas da Saúde a uma função meramente complementar e residual.

Defendemos, por isso, que o Sistema de Saúde compreenda todas as formas de prestação em benefício dos cidadãos, independentemente da natureza pública, privada ou social das instituições.

Os portugueses dificilmente entenderão que, perante a persistência de constrangimentos no acesso aos cuidados de Saúde, se insista num modelo que desperdiça as vantagens desta interacção – público, privado e social – na gestão e funcionamento do Serviço Nacional de Saúde.

A revisão da Lei de Bases da Saúde é uma oportunidade para aprofundar uma solução que diferencie perfeitamente as funções de legislador, regulador, financiador, comprador de serviços e prestador de cuidados.

Mais do que querelas entre público e privado, é preciso desenvolver um modelo sustentável dos cuidados de saúde.

Os Cuidados de Saúde Públicos necessitam dos agentes privados e precisam deles fortes e financeiramente saudáveis a bem da sustentabilidade e operacionalidade do SNS e do desenvolvimento de tecnologias de Saúde inovadoras.

Somos uma sociedade esclarecida e participativa. Neste quadro, temos a responsabilidade de colocar um ponto final no ruído que existe em torno deste tema.

A generalidade dos nossos parceiros europeus cedo perceberam a importância de realizar investimentos sólidos em Saúde.

No entanto em Portugal continuamos a considerar esta área como uma despesa que é necessário controlar.

Perante o actual clima de optimismo económico, os portugueses terão dificuldade em manter a compreensão relativamente à situação de suborçamentação crónica do Serviço Nacional de Saúde, cuja dotação fica claramente abaixo das necessidades dos portugueses.

Não podemos continuar a ignorar os constrangimentos que o baixo investimento público em Saúde em Portugal – muito inferior à média dos países da OCDE – provoca ao trabalho dos profissionais de saúde e aos cuidados de saúde que prestamos aos cidadãos.

Senhores Deputados,

A Saúde é um direito fundamental consagrado na Constituição da República que se materializa de forma mais visível no nosso Serviço Nacional de Saúde.

É um assunto transversal, determinante para os cidadãos e demasiado complexo para se discutir debaixo do preconceito ideológico.

E essa é a mensagem principal que gostaríamos de aqui deixar.

Perdemos tempo e efectividade quando mantemos a discussão no plano dogmático e ideológico.

Desta Assembleia, deste grupo de trabalho, os cidadãos esperam respostas claras para os seus problemas.

A complementaridade, a liberdade de escolha, a transparência e a concorrência são princípios basilares que actuam em benefício exclusivo do utente e do cidadão.

Todos ganhamos se, no tempo que resta deste debate, assumirmos como grande desígnio a construção de um consenso claro sobre que Sistema de Saúde ambicionamos e desejamos para Portugal.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Assembleia da República

Lisboa, 22 de Março de 2019

Paulo Teixeira

Vice-Presidente da Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica